

## Fortalecimento da democracia direta

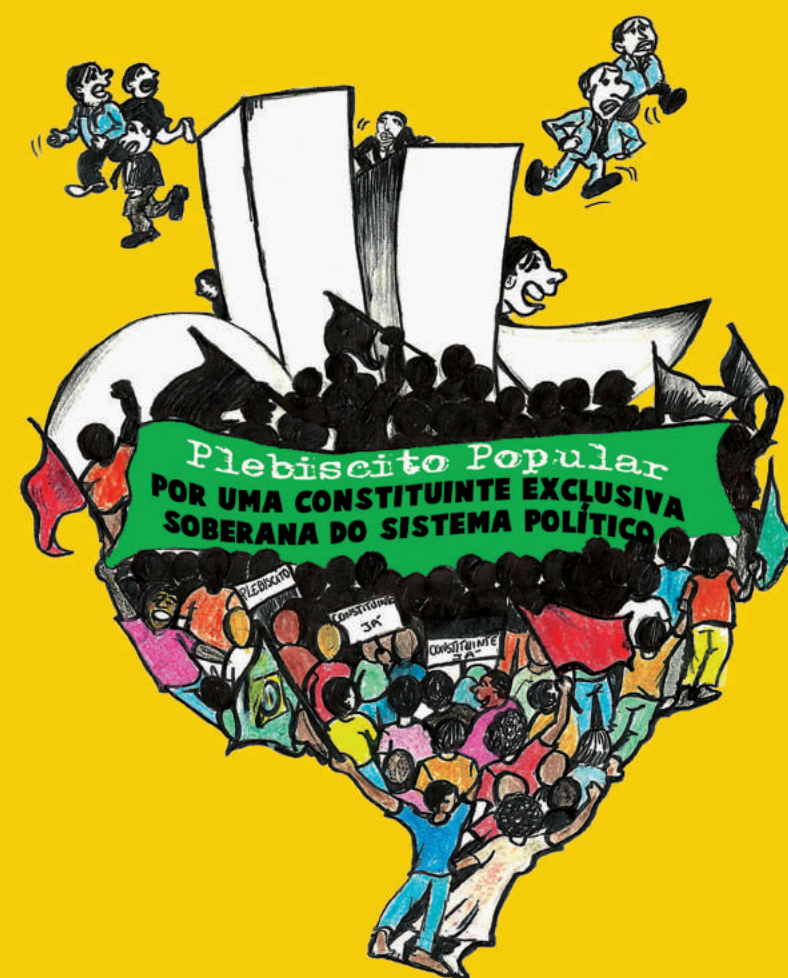
Há uma urgente necessidade de reformar o poder do Estado para democratizar as formas de exercê-lo e ampliar as alternativas de submetê-lo ao controle popular. Também aperfeiçoar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, no que se refere ao processo de elaboração e execução do orçamento, para aumentar a transparência e reduzir as vulnerabilidades que levam a distorções na aplicação dos recursos públicos.

É essencial o fortalecimento de mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular, assim como o aperfeiçoamento de instrumentos de democracia participativa e controle social. É preciso garantir o poder do povo de decidir sobre questões de interesse nacional, com a instituição de mecanismos de participação

efetiva no desenvolvimento de políticas.

A prática de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais à vida dos/as brasileiros/as precisa deixar de ser uma excepcionalidade. É preciso também democratizar as regras para validação de projetos de lei de iniciativa popular.

Um dos instrumentos para fortalecer a democracia direta é o povo ter o poder de convocar plebiscitos e referendos (hoje só o Congresso pode fazer isso) e definir que, sobre determinados temas, somente o povo pode decidir, por meio desses instrumentos. Por exemplo: limite da propriedade da terra, privatizações, leilões de riquezas estratégicas, grandes obras e eventos. (Fonte: Cartilha Plebiscito Constituinte)



Você é a favor  
de uma Constituinte  
Exclusiva e Soberana  
sobre o sistema  
político?  
Vote!

Plebiscito Constituinte  
de 1º a 7 de setembro

Crie um comitê no seu local de trabalho.

Se você é professor ou representa uma associação, habilite-se junto ao Sinpro/RS na sede estadual ou nas regionais do Sindicato. Você receberá todas as informações necessárias e os materiais para a votação: urnas, cédulas e listas para assinaturas.

Para saber mais, envie e-mail para [direcao@sinprors.org.br](mailto:direcao@sinprors.org.br) ou ligue (51) 4009.2991.

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão



### PLEBISCITO CONSTITUINTE

## Sistema político em xeque

Está no centro da reforma política proposta pelos movimentos sociais – após a derrota de iniciativas parlamentares no Congresso – o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais. Além do projeto de reforma e da proposta de plebiscito barrados na Câmara dos Deputados, há pelo menos mais sete propostas de emendas à Constituição e quatro projetos de lei que tratam da matéria em tramitação no Senado.

À época das manifestações de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso proposta de realização de um plebiscito em que a população poderia votar sobre financiamento de campanha, definição do sistema eleitoral, coligações partidárias, voto secreto no parlamento e suplência no Senado, cinco pontos considerados fundamentais para a reforma eleitoral. Porém, sem apoio dos parlamentares e combatida, inclusive, por deputados da base aliada, a ideia do plebiscito proposta pela presidente não vingou. Desde

então, os movimentos sociais têm se dedicado à construção de um plebiscito popular sobre o tema e submeterá ao voto popular a criação de uma Constituinte Exclusiva para promover a reforma.



As manifestações de junho de 2013 traziam uma pauta difusa, mas já constataavam o fim de um ciclo no sistema político do país devido ao desgaste de parlamentares cada vez mais distanciados do povo. O plebiscito popular sobre uma Constituinte Exclusiva e Soberana será uma contribuição valiosa a essa pauta e um instrumento de pressão, já que a minirreforma não mexeu em aspectos fundamentais do sistema político e os parlamentares já

demonstraram que a reforma não será feita pelo Congresso. Somente nas bases da CUT/RS, existem 500 mil trabalhadores prontos para votar a favor de uma Constituinte Exclusiva. O resultado da votação será encaminhado pelo movimento ao Congresso, à Presidência da República e ao Supremo Tribunal Federal.

No Rio Grande do Sul, a mobilização pelo plebiscito já conta com mais de 240 entidades envolvidas na organização dos comitês de votação em todo o Estado: centrais sindicais, CUT (à qual o Sinpro/RS é filiado), sindicatos, partidos políticos, pastorais, representação dos povos indígenas, movimentos negro, das mulheres, estudantil e da juventude. Os comitês estão sendo organizados por estados, municípios, bairros, escolas, igrejas, sindicatos, associações de bairro, universidades, comunidades rurais, grupos culturais, entre outros – acesse a íntegra da Cartilha do Plebiscito Constituinte em [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br) ou [www.plebiscitoconstituente.org.br](http://www.plebiscitoconstituente.org.br).

## Sinpro/RS e Plebiscito da Reforma Política

O Sinpro/RS integra a coordenação estadual do plebiscito sobre a reforma política no país proposto pelos movimentos sociais, que submeterá ao voto popular a seguinte pergunta: **você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o sistema político?** A votação ocorrerá durante a Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro deste ano, e será aberta a toda população.

O Sinpro/RS é um sindicato cidadão

e não poderia se furtar de participar dessa iniciativa que tem como centro mudar substancialmente a política brasileira. Nesse sentido, o Sindicato está organizando comitês para a votação junto às instituições privadas de ensino e convida os professores do ensino privado a participar ativamente desse processo, tanto durante o período de votação quanto na organização prévia do pleito.

O fim do financiamento das campa-

nhas eleitorais por parte das empresas, o fortalecimento dos partidos e o controle social sobre os governantes são mecanismos que conferem maior legitimidade e densidade à democracia brasileira. Para esse desafio o Sinpro/RS conta também com a parceria dos sindicatos de funcionários filiados à Fetea/Sul. O ensino privado gaúcho conta com mais de 35 mil professores e 11 mil funcionários.



Por que um plebiscito popular?

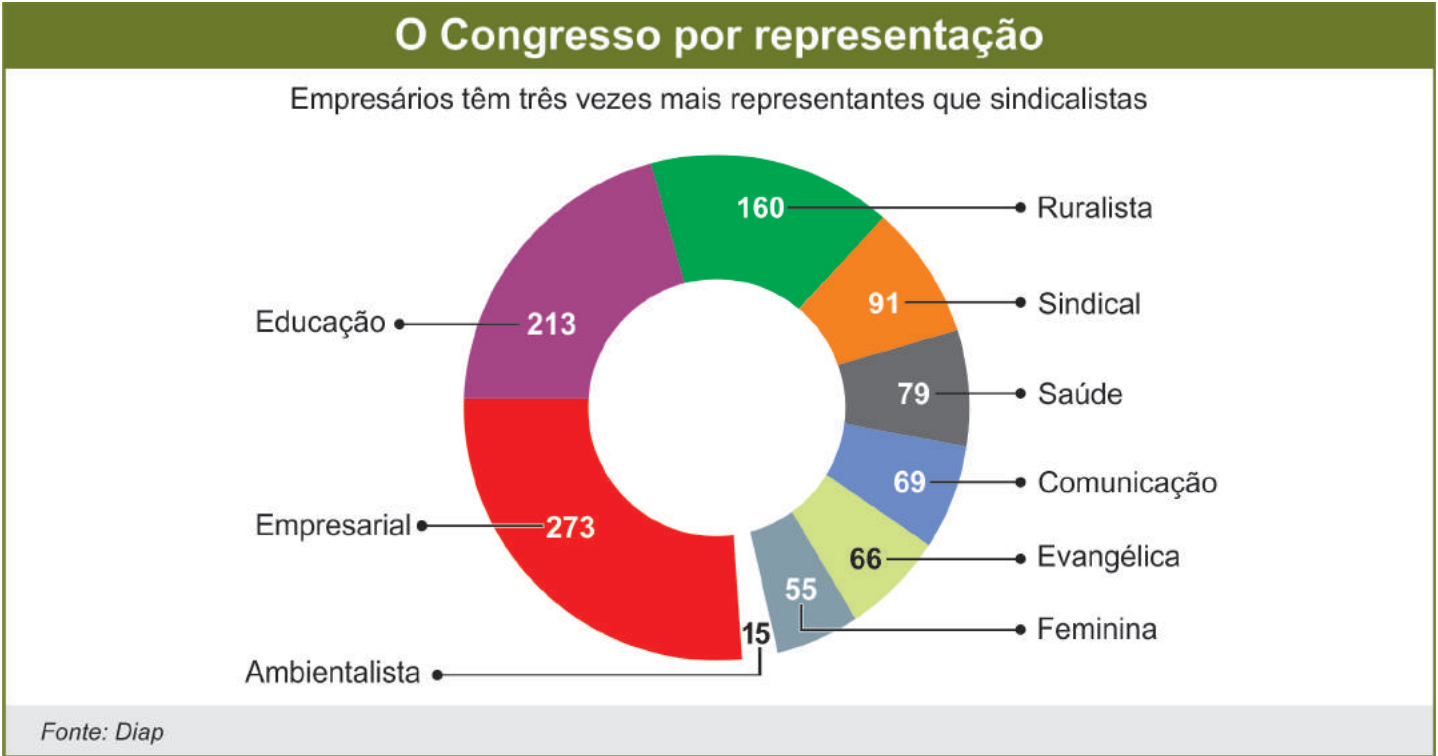
O plebiscito popular foi a resposta encontrada pelos movimentos sociais para o imobilismo do Congresso. Quando a presidente Dilma ouviu a voz das ruas e convocou o plebiscito, o Congresso silenciou. A reforma política já era pauta bem antes das manifestações do ano passado. A sociedade quer mudanças no sistema político, por uma nova Assembleia Constituinte exclusiva ou por meio de reforma política a partir de um projeto de lei de iniciativa popular, a exemplo da *Lei da Ficha Limpa*. Sem uma reforma ampla do sistema político, elaborada por uma constituinte exclusivamente eleita para essa tarefa, não haverá as demais mudanças desejadas e necessárias para o Brasil.

O financiamento de campanhas por empresas tem criado profundas distorções na representação parlamentar, possibilitando a eleição daqueles que têm maior acesso a doações privadas. Por isso, mais de 70% dos

parlamentares são empresários ou representantes do agronegócio.

**O PARLAMENTO** – Dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 compõem a bancada ruralista, 66 são da bancada evangélica e apenas 91 parlamentares são considerados representantes dos/as trabalhadores/as, da bancada sindical. Os dados são do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Se os trabalhadores e as trabalhadoras são maioria da população, por que não são nos parlamentos?

As mudanças no sistema eleitoral devem enfrentar e alterar os mecanismos que mantêm esses setores excluídos dos espaços de poder e de decisão. Para atingir esse objetivo, são necessários três elementos centrais: enfrentar a imposição do poder econômico, combater o oportunismo eleitoral e enfrentar a sub-representação.



É consenso entre os movimentos sociais que apoiam o plebiscito que só haverá uma reforma política efetiva se a mesma questionar o atual modelo de financiamento privado de campanhas. Será que alguém acredita realmente que um empresário, ao doar cem ou duzentos mil reais a uma campanha política, o faz por querer “um país melhor”? Não espera ou até mesmo exige nada em troca? Faz mal para a democracia que candidatos e candidatas dependam do dinheiro de grandes empresas para fazer campanhas e serem eleitos.

Em 2008, as empresas doaram 86% dos recursos totais da campanha eleitoral. Em 2010, 91%, e, em 2012, somaram 95%. Esses números são indicadores das causas do agravamento da crise de representação política. Cada vez mais os eleitos se aproximam de seus financiadores (os donos das empresas) e se distanciam do povo, o que provoca uma justa indignação e desconfiança na sociedade. Para enfrentar o poder e

a força do dinheiro, precisamos instituir o financiamento público de campanha. Em 2010, os gastos declarados pelos candidatos a governador dos 26 Estados e do DF somaram R\$ 735 milhões, de acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Atualmente, uma liderança popular parte em desvantagem na disputa eleitoral, pois, com as regras vigentes, o sistema eleitoral serve a interesses econômicos.

Gastos Médios dos Candidatos	
Candidatos	2010
Governador	R\$ 12,2 milhões
Senador	R\$ 3,7 milhões
Deputado federal	R\$ 996 mil
Deputado estadual	R\$ 428 mil
Média geral	R\$ 4,4 milhões

Para decidir os rumos do Brasil



Foto: Paulo Pinto/Fotos Públicas

Por Frei Betto\*

Mês que vem começa a propaganda eleitoral compulsiva e compulsória. Mais uma eleição em outubro, da qual é importante todos nós participarmos. Antes, porém, haverá algo tão importante quanto: o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana, na Semana da Pátria (1º a 7 de setembro).

Eis a ocasião de dar uma virada no jogo! Vamos responder à questão: “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o sistema político?” Adianto aqui a minha resposta: eu sou.

Não será a primeira vez que isso acontece. Em 2002, o presidente FHC queria que o Brasil integrasse a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), monitorada pelos EUA. O povo brasileiro foi consultado em plebiscito. Foram coletados 10.234.143 votos em 46.475 urnas em todo o país. O resultado comprovou a vontade popular: 98,32% dos eleitores se manifestaram contra a entrada do Brasil na Alca.

No mesmo plebiscito havia outra pergunta: se o Brasil deveria ceder o território de Alcântara (MA) para os EUA instalarem uma base militar. Resultado: 98,54% votaram contra. O acordo foi anulado.

Outros plebiscitos foram convocados: em 2000, sobre a dívida externa; em 2007, sobre a privatização da Vale do Rio Doce (que só piorou após sair do controle do Estado).

A Constituição de 1988, em vigor, representa uma transição conservadora da ditadura à democracia. Teve o erro de não ser exclusiva. Foram seus formuladores os mesmos deputados e senadores eleitos para o Congresso pelo atual sistema político viciado. Por isso, preserva-

ram muitos resquícios da ditadura, como a militarização da polícia, a estrutura fundiária favorável ao latifúndio, o pagamento da dívida pública, a injusta anistia aos torturadores e assassinos do regime militar, impunes até hoje!

A Constituinte Exclusiva e Soberana deverá ser unicameral, sem o Senado, e sem tutela do Judiciário e ingerência do poder econômico. Só através dela nosso país

alcançará, de modo pacífico, as tão almejadas reformas de estruturas, como a agrária e a tributária, e priorizará a qualidade da educação, da saúde, do transporte público e de outras demandas populares.

Com essa Constituinte, proposta pelos movimentos sociais, poderemos aperfeiçoar a democracia representativa e participativa, e fortalecer o controle social sobre as instituições brasileiras.

Participe desde já! Essa é a forma e o momento de mudarmos o sistema político do Brasil, que hoje monopoliza em mãos do Congresso

so a convocação de plebiscitos e referendos.

Organize um Comitê Popular ou participe dos já criados em sua cidade, bairro, sindicato, movimento social ou partido político. Faça de seu computador uma arma para o aperfeiçoamento de nossa democracia! Saiba como fazê-lo e onde os comitês já atuam através destes contatos:

[www.plebiscitoconstituente.org.br](http://www.plebiscitoconstituente.org.br)  
[facebook.com/plebiscitoconstituente](https://facebook.com/plebiscitoconstituente)  
[plebiscitoconstituente@gmail.com](mailto:plebiscitoconstituente@gmail.com)

\* Escritor, autor do romance “Aldeia do silêncio” (Rocco), entre outros livros.



Foto: Divulgação